

A ATUALIDADE DO IMPERIALISMO E O CASO DA CHINA

Marcelo Pereira Fernandes – Professor do Departamento de Economia da UFRRJ

RESUMO

Atualmente alguns autores na tradição marxista concluem que a chamada “globalização” teria superado o imperialismo, enquanto outros passaram a usar os dois conceitos quase como sinônimos. A presença de investimentos chineses em várias partes do mundo, notadamente nas economias da África e da América Latina, é objeto de controvérsias. Supõe-se que a China teria se tornado um país imperialista, e daí a exploração de países subdesenvolvidos e pobres. O objetivo deste artigo é discutir algumas questões mais recentes sobre o imperialismo e travar uma breve polêmica o suposto “imperialismo” chinês.

Palavras Chaves: Globalização; Imperialismo; China.

ABSTRACT

Currently some authors in the Marxist tradition conclude that so-called "globalization" has overcome imperialism, while others have come to use the two concepts almost as synonyms. The presence of Chinese investments in various parts of the world, notably in the African and Latin American economies, is controversial. It is assumed that China has become an imperialist country, hence the exploitation of underdeveloped and poor countries. The objective of this paper is to discuss some recent questions about imperialism and to briefly polemicize the supposed Chinese "imperialism".

Key-Words: Globalization; Imperialism; China

Área Temática: 5. RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

1- INTRODUÇÃO

Imperialismo é um conceito utilizado, não raramente, com pouco rigor. A sua disseminação entre os trabalhadores em todo mundo foi importante, mas tornou a análise superficial usada principalmente para denunciar o imperialismo “ruim” como o culpado por toda miséria que aflige o mundo, como advertem Milios e Sotiropoulos (2009). A análise de Marx sobre os efeitos do capitalismo é mais complexa. Conforme Halliday (2007), embora seja evidente sua denúncia contra o sofrimento aos povos da expansão colonialista, Marx destacava alguns efeitos econômicos e sociais positivos. “O imperialismo, um produto da disseminação global do capitalismo, possui um impacto destrutivo e criativo duplo que desorganiza as formas sociais e econômicas estabelecidas e gera novas” (HALLIDAY, 2007, p.68).

Atualmente alguns autores na tradição marxista concluem que a chamada “globalização” teria superado o imperialismo, enquanto outros passaram a usar os dois conceitos quase como sinônimos ou de outro modo como se a “globalização” fosse uma nova forma de imperialismo. A China, como Estado que participa plenamente do sistema econômico mundial, pelo menos desde o começo das reformas de 1978 quando Deng Xiaoping iniciou o programa das “Quatro Modernizações”¹ (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas), elaborada primeiramente em 1975 por Zhou Enlai, passou a ser acusada de ser um Estado imperialista.

Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a China é na atualidade umas das economias que mais recebem investimento externo direto (IED) e também uma das que mais envia. Por exemplo, em 2019 o país recebeu US\$ 141,225 bilhões e enviou US\$ 117,120 bilhões, enquanto seu estoque de IED no mundo está em torno de US\$ 2 trilhões. O IED é uma das características do imperialismo, mas não pode ser analisada como algo absoluto. Se não até um país como a Venezuela, dado seus investimentos, por exemplo, em Cuba, poderia ser considerado imperialista.

De todo modo, a presença de investimentos chineses em várias partes do mundo, notadamente nas economias da África e da América Latina, é objeto de controvérsias. Supõe-se que a China teria se tornado um país imperialista, e por isso a exploração de países subdesenvolvidos seria um sinal da presença chinesa. Nesse caso, a China como um país capitalista peculiar – pois sob a égide de um partido comunista guiado pelo marxismo-leninismo –, que por meio da superexploração do trabalho produziria mercadorias baratas a fim de atender o consumismo desenfreado em todo mundo. Daí o seu apetite por recursos naturais das economias periféricas.

Evidentemente a imagem de uma China imperialista encontrou eco no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos. A ex-candidata à presidência, Hillary Clinton, alertou que a busca da China em obter mais influência em países estrangeiros criou uma *new global battle* (DOHERTY; ROY, 2018). Em agosto de 2018 o então primeiro ministro da Malásia, Mahathir bin Mohamad, afirmou que “Não queremos uma situação onde haja uma nova versão do colonialismo”² (POMFRET, 2018). Mohamad justificava assim o cancelamento pela Malásia de dois projetos multibilionários da China dentro do *Belt and Road Initiative* (BRI) que, segundo ele, a Malásia não teria como pagar (ERICKSON, 2018). Lançado em 2013 o BRI visa a construção de rotas comerciais da Ásia para a África, a Europa, recriando uma nova rota da seda, sendo suas diretrizes anunciadas pelo presidente chinês Xi Jinping em março de 2015 no Fórum Boao para a Ásia (TANG ET

¹ Esta reforma baseada na Nova Política Econômica (NEP) implementada na União Soviética a partir de 1921, mas que também já fora utilizada em regiões da China governadas pelo Partido Comunista da China (PCCh) antes mesmo da fundação da República Popular em 1949.

² Original: “We do not want a situation where there is a new version of colonialism”

AL, 2017; PAUTASSO, 2015). E essa iniciativa estaria explicitando o suposto imperialismo chinês por meio da diplomacia armadilha da dívida (*debt-trap diplomacy*) (POMFRET, 2018). Quer dizer, o BRI parece assustar o Ocidente ou pelo menos servido de desculpa para se contrapor a presença chinesa na Eurásia.

A pandemia da Covid-19 deu um novo impulso a ideia de ameaça chinesa no mundo. O governo norte-americano insistentemente divulgou que o coronavírus foi produzido pelo PCCh, o que seria uma doença chinesa. A iniciativa *Health Silk Road* para assistência financeira à pandemia seria mais uma evidência disso. Asthana (2020) afirma que a China tentaria se aproveitar da sua recuperação rápida da pandemia, criando atritos militares em regiões como Ladaque, na Índia. E que o presidente Xi Jinping subestimaria a resistência das democracias ocidentais em conter o avanço chinês.

A propósito, o discurso de uma China imperialista encontra adeptos tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Podemos citar Pomfret (2018) e Navarro (2006) à direita, e Bond (2014), Rousset (2014a; 2014b) e Turner (2014) à esquerda. O objetivo deste artigo é discutir algumas questões mais recentes sobre o imperialismo e travar uma breve polêmica com a suposição de que a China se transformou num país imperialista. Com este objetivo discutiremos o conceito de “globalização” de modo a indicar como este conceito tem se confundido com o de imperialismo, e talvez por isso seja sedutor colocar todos os países com alguma relevância no sistema internacional no mesmo grupo de países imperialistas.

2- ATUALIDADE DO IMPERIALISMO

No fim dos anos 1980 a expansão do capital ganhou novo impulso sob a defesa do que se popularizou definir como “globalização”, sendo o termo de uso corrente nos meios jornalísticos e acadêmicos. Segundo a concepção neoliberal, num processo inexorável, a “globalização” estaria transformando os princípios constituídos nas últimas décadas sobre a economia, a cultura e a soberania dos Estados nacionais. De maneira positiva, esses princípios estariam se dissolvendo em razão de um sistema econômico global livre das barreiras aos fluxos de capitais, as mercadorias e serviços. Por essa lógica, a “globalização” seria o resultado de um longo processo, em que o avanço tecnológico e das comunicações jogaram um papel vital na alocação mais eficiente dos recursos produtivos por meio da competição e da divisão internacional do trabalho. As grandes empresas passariam a dominar os mercados mundiais. Isto, por sua vez, provocaria o declínio do Estado-nação, reduziria o poder dos “déspotas” e, ao mesmo tempo, uma melhora generalizada dos padrões de vida em todo mundo (SCOTT, 2001; IMF, 2008). Um modelo a ser seguido por todos os países que desejassem usufruir dos benefícios da integração da economia mundial.

A ideia de um mundo “globalizado”, sem fronteiras, também tem forte influência sobre autores do campo marxista que estudam o fenômeno do imperialismo. Entre eles Sklair (2005), Petrucciani (2016), Robinson (1996; 2002; 2007) e Harris (2012). De acordo com Robinson (1996; 2002; 2007) e Harris (2012) o capitalismo sofreu mudanças significativas desde o período analisado pelos autores clássicos do imperialismo no começo do século XX. Agora o capital estaria em um novo estágio conhecido como globalização. A globalização seria um produto do capital transnacional, apátrida, dado a um objetivo fundamental: a exploração do trabalho em qualquer canto do mundo que lhe assegure as melhores condições de investimento e de lucro.

Nesse sentido, o Estado-nação passaria a ter papel secundário na dinâmica do capitalismo. Por isso, o termo globalização – *the latest stage of capitalism*, nas palavras destes autores – seria muito coerente com o momento atual (ROBINSON, 2002;

HARRIS, 2012). Para Harris (2012) a lógica fundamental do capitalismo não se alteraria quanto ao poder de acumulação e exploração de trabalho. Porém, o processo pelos quais esses se realizariam seria novo. A organização das relações de produção já não se sustentaria nas fronteiras nacionais, mas na força de trabalho global, investimentos e ativos, redefinindo a marca da classe capitalista. Isso se revelaria na forma da concorrência monopolista, que emergiu das rivalidades do Estado-nação para monopolizar a concorrência entre as corporações transnacionais.

As chamadas “práticas transnacionais”, na visão de Sklair (2005) atravessaram as fronteiras do Estado, porém não se originariam em atores estatais. Essas práticas funcionariam simultaneamente nos campos econômico, político e ideológico. Sklair (2005) conceitua a classe capitalista transnacional em quatro frações: i) executivos de corporações (fração corporativa), ii) políticos globalizados e burocratas (fração estatal); iii) profissionais globalizados (fração técnica); iv) e comerciantes e mídia (fração consumerista). Esses últimos são os responsáveis por transmitir o que Sklair chama de ideologia consumerista, um conjunto de práticas que levam a sociedade a consumir além de suas necessidades.

Na visão de Robinson (2007), o Estado norte-americano seria um instrumento chave para reprodução do sistema capitalista global. Este desempenharia o papel de guardião dos interesses do grande capital, reprimindo setores oposicionistas. A burguesia norte-americana foi a primeira a se tornar transnacional. Nesse sentido, o aumento da militarização dos Estados Unidos após o 11/09 estaria relacionado não com uma busca pela hegemonia, que já não existiria, nem com o ressurgimento das rivalidades interimperialistas. A militarização seria uma resposta contraditória a crise profunda do capitalismo global iniciada no fim dos anos 1990 que envolveria três dimensões inter-relacionadas: i) crise de polarização social; ii) crise estrutural de superacumulação; iii) crise de legitimidade e autoridade.

A polarização social em todo mundo provocada pela globalização teria restringido a capacidade do mercado mundial em absorver a produção, o que reduziria a capacidade de expansão do sistema, segundo Robinson. Guerras seriam produzidas para criar condições propícias à penetração do capital transnacional e ajudaria a integrar a região no capitalismo global. Esse seria o caso da guerra do Iraque. As conflagrações entre estados nacionais seriam conflitos entre forças sociais transnacionais que operariam por meio de estados e outras instituições. Como efeito, milhões de pessoas em todo mundo passaram a questionar a legitimidade do sistema (ROBINSON, 2007).

Deste modo, conforme Robinson (2007; 1996), vivenciaríamos um “*empire of global capital*”, e que unicamente por razões históricas estaria sediada em Washington. Não existiria o “estado internacionalizado”: o Estado norte-americano serviria a uma classe capitalista transnacional, e não aos interesses de uma burguesia nacional. “Precisely because it was the last “hegemon” among the core countries - that is, because the globalization process emerged in the period of worldwide US empire – the United States has taken the lead in developing policies and strategies on behalf of the agenda of the transnational elite” (ROBINSON, 1996, p.365). É também neste sentido que Petrucciani (2016) argumenta que no neoliberalismo, estaríamos testemunhando o surgimento de um novo Estado mundial e de instituições regulatórias transnacionais que limitariam e condicionariam consideravelmente o poder de decisão política específico de cada estado.

Vale ainda destacar que a investigação desenvolvida por Robinson e Harris tem bastante semelhança com a análise sobre imperialismo desenvolvida por autores como Rosa Luxemburgo (1970 [1913]), Baran e Sweez (1978) e a chamada teoria da dependência, e a ideia de subconsumo dos trabalhadores. Neste caso, o imperialismo seria

resultado de uma crise (superprodução de mercadorias) do capitalismo, que a busca por mercados externos para lançar a produção excedente poderia resolver ³.

Embora seja indiscutível as transformações que passa o capitalismo mundial – basta lembrar a revolução tecnológica por meio da chamada indústria 4.0 e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais a partir da redução das regulamentações no comércio e nas finanças – existem alguns mitos evidentes acerca da “globalização”, em especial quando tratada como “grande novidade”. Alguns autores como Batista Junior (1998) e Gonçalves (2005) colocam em evidência tais mitos sobre a “globalização”.

Em primeiro lugar, ao contrário do senso comum não existe exatamente uma “empresa transacional” apátrida à procura de realizar investimentos em qualquer país que esteja apto a receber seus serviços. Como observa Gonçalves (2005), a grande empresa continua tendo um Estado Nacional lhe fornecendo suporte e proteção, e onde ela mantém referência. Por isso, quando as montadoras de automóveis General Motors e a Chrysler entraram em concordata em 2009, o governo dos Estados Unidos, país de origem de ambas as empresas, promoveu socorro financeiro bilionário, que até 2013, significou um custo de US\$ 80 bilhões para o Tesouro Americano (BEECH, 2014). O IED e a operação das multinacionais “provocam não somente forte rivalidade (e conflito) entre os países, como também significativa clivagem de interesses em cada país” (GONÇALVES, 2005, p.ix). Daí que o sistema internacional é fonte permanente de conflitos – mesmo que de maneira implícita em certos momentos –, dinâmico e instável. Em segundo lugar, portanto, não existe declínio do Estado Nação. Estes continuam fortes como indicam os agregados econômicos, como a relação entre produto e despesa e a receita pública. A novidade aqui é o aumento da desigualdade no interior dos países a partir da década de 1980, e a aceitação disso como algo natural e até mesmo conveniente, como demonstra Piketty (2020). Pelo lado da força de trabalho, importante sublinhar que esta permanece um fator com muito pouca mobilidade internacionalmente.

A ideia de “globalização” tem sido questionada por diversos autores. É o caso, por exemplo, de Halliday (2002); Harman (2010); Sakellaropoulos (2009) entre outros. Halliday (2002) nota que tanto o termo imperialista, como o termo capitalista foram esquecidos em razão da “globalização”. Com exceções, a palavra imperialismo praticamente tinha desaparecido do noticiário. Ademais, questões que historicamente foram englobados na discussão do imperialismo – como degradação do meio ambiente, migração, povos indígenas, desigualdade de renda; gênero e desenvolvimento – passaram a ser discutidos como tópicos separados ou até autônomos, empobrecendo o debate. E, “as for globalisation itself, this too has served to obscure the central concepts and analytic claims of the imperialism literature” (HALLIDAY, 2002, p.78).

Entretanto, as discussões sobre o imperialismo foram ganhando novamente destaque, principalmente após o 11/09 de 2001. Com as intervenções militares inaugurando o milênio, como as que ocorreram no Afeganistão (2001), e no Iraque (2003), não dava mais para fingir que o tema não era importante. Não que houvesse razões para acreditar nas promessas do “fim da história” e da “paz perpétua” propugnadas pela ideologia da “globalização”. Já em 1990, Eric Hobsbawm dizia que: “E lamentemo-nos

³ Sobre a ideia do subconsumismo lembramos que afirmar que o capitalismo tem um problema de falta de consumo das massas que o inviabilizaria, equivale a afirmar que o capitalismo produz para as massas. Seguindo Marx (2013 [1868]), no modo de produção capitalista não é a riqueza produzida que serve às necessidades do trabalhador, ao contrário, é o trabalhador que serve às necessidades de valorização do capital. Na verdade, se o consumo dos trabalhadores fosse um problema crucial o capitalismo estaria estagnado há décadas, pois umas das peculiaridades do capital se sustenta na ampliação da produção de forma desmedida. A produção pela produção.

com o Sr. Francis Fukuyama, que afirmou que 1989 significava o ‘fim da história’ e que daí pra frente tudo seria tranquilamente liberal e livre mercado. Poucas profecias destinam-se a ter vida mais curta que esta.” (HOBSBAWM, 1992, p.106).

Em verdade, o imperialismo permanece um conceito fundamental para entender o sistema internacional, as disputas entre as grandes potências e as relações entre centro e periferia capitalista. Atualmente, utiliza-se a estrutura cada vez mais sofisticada de organizações internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), BIRD, Banco Central Europeu e Organização Mundial do Comércio (OMC), com objetivo de servir aos interesses imperialistas dos países centrais e abrir novas fronteiras de acumulação (PAUTASSO; FERNANDES, 2017; CHANG, 2004). Esse é um fato que corrobora em parte com a visão de Wood (2003) quando analisa o que seria um “novo imperialismo”. Segundo ela os Estados Unidos seriam o primeiro império verdadeiramente capitalista do mundo e que ainda está para ser substituído, uma vez que agora opera sua dominação por meio dos imperativos econômicos. Nesse sentido, o “novo imperialismo” possuiria um paradoxo. Pela primeira vez uma potência militar como os Estados Unidos não seria projetada para conquistar territórios nem para derrotar rivais. E embora não pretenderia se expandir territorialmente ou dominar fisicamente rotas comerciais, construiu uma enorme e desproporcional capacidade militar.

No entanto, Wood (2003) parece não dar a devida importância ao fato de que, embora não incorpore territórios formalmente, os Estados Unidos permanecem atuando para desestabilizar governos, inclusive com intervenções militares diretas como foi no caso do Iraque e Afeganistão. A expansão do capital não requer necessariamente a conflagração de guerras, porém elas não podem ser descartadas. Nesse sentido, as atividades ligadas às armas adquirem uma posição privilegiada nas economias nacionais. Isto mantém uma atmosfera de belicismo, dado que é do interesse dos monopólios vinculados à indústria bélica a existência de inimigos externos, sejam eles reais ou ilusórios, que justifiquem as encomendas militares. A existência do imperialismo é uma ameaça à paz e a boa convivência entre os povos. E principalmente a qualquer nação que tenha como objetivo o socialismo. Esta é uma das razões da China buscar o rápido desenvolvimento das suas forças produtivas, como veremos adiante.

3 - REFLEXÕES SOBRE A CHINA

3.1 – Sobre o desenvolvimento das forças produtivas

Segundo Lenin ([1894] 1977) é preciso entender as concretas “formações econômico-sociais”, determinadas historicamente. Não existe “sociedade em geral” como destaca Santos (1982), mas sim “sociedades historicamente determinadas”. Assim sendo, esquemas abstratos de como “deveria” ser o socialismo ou qual seria a “verdadeira” teoria revolucionária para conquista do poder tem pouca serventia. Cada país possui especificidades que precisam ser consideradas na luta pelo socialismo. Isso deveria ser uma conclusão óbvia para uma teoria que pretende ser materialista e histórica, como lembra Losurdo (2020), mas infelizmente nem sempre é assim. Ainda existem aqueles que mesmo na esquerda acreditam de forma dogmática que o processo histórico é unilinear, carente de contradições.

A partir dessas observações, podemos discutir o processo de desenvolvimento chinês e a sua inserção internacional das últimas décadas. Primeiramente, é essencial recordar que antes da vitória da revolução em 1949, a China foi colocada à condição de semicolônia pelo imperialismo, o chamado “século da humilhação”, a partir de meados do século XIX com a invasão estrangeira que levou as duas guerras do ópio, em 1839-

1842 e 1856-1860, e a perda de parte do seu território. Tropas japonesas invasoras promoveram massacres inomináveis em camponeses indefesos (“estupro de Nanquim”) durante a ocupação entre 1937-1945. Deste modo, décadas de guerra civil que devastaram a infraestrutura das cidades, deixaram a China extremamente atrasada, ainda com características feudais e com a maioria da sua população vivendo no campo. Após a revolução ainda enfrentou as ameaças dos Estados Unidos que visava estrangular a economia chinesa. Foram sob essas condições que o PCCh iniciou o processo de construção do socialismo – o socialismo com características chinesas – e o continua de forma gradual, sempre num horizonte de longo prazo, segundo consta na sua constituição e nos documentos oficiais do Conselho de Estado chinês⁴.

Assim, é importante compreender que a luta de libertação nacional da China, tornava imperioso ao PCCh métodos e alianças próprios, distintos daqueles utilizados pelos movimentos operários da Europa, por exemplo. Depois da vitória da revolução, os comunistas chineses precisavam reduzir o mais rápido possível a distância do desenvolvimento econômico com o Ocidente capitalista. Isto é, o desenvolvimento das forças produtivas se configurava numa tarefa premente, se a China quisesse manter a independência e a construção do socialismo, sem o qual a alternativa é o neocolonialismo.

Essa preocupação se deu desde os primeiros anos da revolução, e não somente com as reformas iniciadas em 1978. Já em novembro de 1956, Deng Xiaoping lembrava a importância de estudar as características da China, pois ao contrário o PCCh copiaria mecanicamente a experiência de outros países na construção do socialismo. E que o PCCh precisaria aplicar os princípios do marxismo-leninismo, porém não como fazem os dogmáticos que apenas conhecem “Marxist-Leninist phrases and do not apply them in the light of concrete conditions”, prática que teria levado a revolução chinesa a retrocessos. Por outro lado, os “empiristas” só davam importância à prática concreta ou a experiência de um determinado tempo, ou lugar de um país, ignorando os princípios marxista-leninistas. Os comunistas chineses deveriam se opor a ambos (XIAOPING, 1956).

A necessidade de sair do isolamento ficou ainda mais evidente após a *débâcle* do campo socialista e dos acontecimentos da praça Tiananmen em 1989. Também coube ao PCCh, o papel de legitimador do poder nacional, unificando o país para assim, estabelecer as bases políticas, sociais e culturais para conseguir enfrentar todas as consequências da abertura econômica e as ameaças imperialistas. Assim, a inserção da China no sistema internacional tem sido exitosa a ponto de reconfigurar a geopolítica mundial, como veremos a seguir.

O crescimento econômico da China das últimas quatro décadas é impressionante sob qualquer ponto de vista (SHAMBAUGH, 2016). Em especial porque o país tem permanecido praticamente imune às flutuações da economia mundial. Importante destacar que a partir dos anos 1990 as crises econômicas se tornaram mais frequentes no mundo. A começar pela crise mexicana (1994-1995), com graves repercussões já que o México era citado como modelo a ser seguido devido às reformas neoliberais executadas desde o fim dos anos 1980. Em seguida, as crises no Leste Asiático (1997-1998), na Rússia (1998) e Brasil (1998-1999) colocaram em evidência a fragilidade da arquitetura financeira internacional surgida nos anos 1970. A virada do século foi palco de novas turbulências econômicas, como na Turquia e na Argentina em 2001. Em seguida a economia internacional atravessou um período de relativa calma que durou em torno

⁴ Assim, afirma Jabbour (2009, p.19), no caso da China “(...) pelo menos dois fenômenos necessitam de historicização: 1) a formação e o desenvolvimento da civilização e a nação chinesa e 2) a história do socialismo no século XX, incluindo o papel dado a determinados partidos comunistas de indutor de revoluções industriais, tornando a experiência chinesa (por exemplo)”.

de cinco anos; mas logo o mundo assistiu em 2007 nos Estados Unidos a crise do subprime, e em meados de 2008 a mais grave crise econômica desde a Crise de 1929.

Em todas essas crises a China atravessou relativamente incólume quando comparado a outras economias. A crise de 2008 chama atenção: enquanto as potências capitalistas – em particular as da Europa, que embarcaram em políticas de austeridade econômica – entraram numa recessão sem fim, a China, baseada na superioridade de sua economia planejada – o chamado socialismo com características chinesas – manteve elevado nível de investimentos em saúde e educação, realizou grandes obras em infraestrutura, tornando-se o principal motor do crescimento no mundo pós pandemia⁵. A China é uma potência econômico-financeira em ascensão que agora exhibe o segundo maior PIB do mundo, o maior PIB industrial e maior produtor agrícola (CELAC, 2018), tem posição decisiva no comércio internacional, sendo o maior exportador. Além disso, apresenta o segundo maior mercado de títulos do mundo e possui cerca de 3 US\$ trilhões de reservas internacionais.

Após o início das reformas lideradas por Deng, centenas de milhões de chineses saíram da pobreza. A melhora considerável no bem-estar social dos trabalhadores chineses, sob qualquer ponto de vista, é algo concreto que pode ser constatado pelos dados disponíveis. Por exemplo, Nogueira et al (2020) examinam a reconstrução da proteção social na China na área de educação, saúde e previdência social iniciada no fim dos anos 1990, demonstrando os impactos positivos⁶. A crescente melhoria nos padrões de vida da população chinesa está em acordo com algo que é inquestionável, mas que uma parte da esquerda prefere não dar importância, quando não romantizar: a de que socialismo com pobreza é uma contradição em termos. Conforme Xiaoping (1987):

““During the “cultural revolution” the Gang of Four raised the absurd slogan, “Better to be poor under socialism and communism than to be rich under capitalism.” It may sound reasonable to reject the goal of becoming rich under capitalism. But how can we advocate being poor under socialism and communism? It was that kind of thinking that brought China to a standstill. That situation forced us to re-examine the question. Our first conclusion was that we had to uphold socialism and that to do that we had, above all, to eliminate poverty and backwardness, greatly expand the productive forces and demonstrate the superiority of socialism over capitalism.”.

Em relação ao problema da desigualdade da qual a China vem sendo apontada como mau exemplo, é necessário considerar, conforme Losurdo (2017), dois tipos de desigualdade: a desigualdade entre os países e a desigualdade nos países. Quanto ao primeiro, a China vem reduzindo substancialmente sua distância das potências ocidentais. Isso é fundamental para defesa da manutenção da sua soberania. Daí a preocupação do Conselho de Estado chinês em modernizar o Exército de Libertação Popular (ELP), algo

⁵ Segundo a Celac (2018), desde 2010, a China contribuiu com quase 1 ponto percentual ao ano para a taxa de crescimento do PIB mundial.

⁶ Desde 2007 a educação básica (nove primeiros anos) passou a ser compulsória e gratuita. A melhora no sistema público de saúde que alcançou a universalização em 2011, levou ao aumento da expectativa de vida que passou de 69,3 anos para 75,78 entre 1990 e 2014. A queda da mortalidade infantil até os cinco anos foi acentuada neste mesmo período (taxa a cada 1000 nascimentos), passando de 53,8 para 11,40. Cf. Nogueira et al (2020).

que somente poderia ser realizado com o contínuo avanço das forças produtivas chinesas, neste caso na área militar⁷.

Quanto ao segundo tipo de desigualdade, é importante que se diga que a concentração de renda e riqueza vem aumentando em todo mundo desde a década de 1980 em razão das reformas neoliberais (PIKETTY, 2020). E embora realmente a desigualdade também tenha crescido substancialmente na China nas últimas décadas, seria inimaginável concluir que o programa de reformas não deveria ter iniciado por esta razão. Pois, justamente pelo desenvolvimento econômico acelerado que a fome foi praticamente eliminada, e em 2013 pôde ser anunciado, pelo presidente Xi Jinping, o programa *targeted poverty alleviation* que pretendia extinguir completamente a miséria até 2020. No entanto, é forçoso dizer que a crescente desigualdade na China é um problema grave com potencial desestabilizador a ser observado nos próximos anos.

3.2 - Capitalismo? Neocolonialismo? Imperialismo chinês?

Em verdade, não é fácil usar o exemplo da China como país imperialista e adotar a referência teórica da “globalização” com sua perspectiva de burguesia transnacional e estado fraco. As autoridades chinesas utilizam explicitamente de políticas nacionais para alavancar sua indústria e participar ativamente das cadeias globais de valor. Mantêm controles sobre o movimento de capitais, e usam a taxa de câmbio como instrumento de competitividade. É praticamente um consenso a força do Estado chinês na promoção do seu desenvolvimento econômico, atuando diretamente nas políticas industrial, comercial etc. A medida que essas políticas deram resultados concretos, a ponto da China se tornar a segunda maior economia do mundo, tentativas de contenção de sua ascensão passaram a se tornar cada vez mais explícita, especialmente por parte dos Estados Unidos. Por exemplo, Xinjiang, a maior província chinesa, vem sendo alvo de grupos terroristas separatistas financiados por ONGs e serviços de inteligência norte-americanos. Xinjiang, tem grande importância estratégica para a China, por possuir enormes reservas de gás e petróleo (BANDEIRA, 2014; PATAUSSO, 2020).

Agora, cabe a pergunta: a China é capitalista? Sim, porque não é coerente discutir se a China é um país imperialista – pelo menos não na longa tradição iniciada com os clássicos Hobson, Hilferding, Luxemburgo, Lenin entre outros – se a ela não for um país capitalista. De fato, é a partir daí que autores como Turner (2014) e Rousset (2014a; 2014b) “acusam” a China de imperialismo. Eles afirmam que a nova fase imperialista teria ocorrido com uma contrarrevolução iniciada por Deng Xiaoping em 1978. Isso fez com que surgisse uma “burguesia burocrática nacional” (“capitalistas vermelhos”) baseada no PCCh, que por sua vez restaurou o capitalismo na China. Atualmente, a China seria uma economia capitalista monopolista, e como tal, parte do sistema imperialista. E seu papel como credor dos Estados Unidos e de outros países ajudaria a sustentar o sistema financeiro internacional. Uma função tão importante quanto o papel militar dos Estados Unidos, segundo Turner (2014). De forma semelhante, Harvey (2005, p.127) afirmava que a guinada para o capitalismo na China foi operada pelo Estado por motivações internas. Isso levou a ondas de “acumulação primitiva”, o que forçou o fechamento ou a privatização de empresas criando desemprego e perdas de aposentadoria.

Na visão do extremista de direita Peter Navarro, a China não seria apenas capitalista como desempenha o mais implacável imperialismo no século XXI. Uma nova

⁷ Em 2001 foi lançado o Projeto de Segurança Estatal 998 direcionado explicitamente a contenção das forças norte-americanas no mar do Sul da China. Cf. Trebat e Medeiros (2014). Vale lembrar que o ELP opera sob o comando da Comissão Militar Central do PCCh.

forma de imperialismo em que a nação imperialista usaria seus recursos financeiros e experiência administrativa para explorar os recursos naturais dos países colonizados. Segundo Navarro (2006) a China usa “*weapons of mass construction*” para construir estradas, edifícios, palácios e tudo mais que poderia servir como isca a países que necessitam de infraestrutura. Em contrapartida, os chineses extraem as matérias-primas do país, como o estanho boliviano, cobre chileno, níquel cubano, cobalto congolês, ouro de Serra Leoa etc. Para Navarro, Angola como grande produtora de diamantes e petróleo estaria muito melhor se dependesse dos esforços combinados do governo dos Estados Unidos, FMI, Banco Mundial, agências de *rating* e organizações não governamentais, como a *Global Witness*, em levar transparência nas receitas do petróleo. Porém, a China seria o maior obstáculo à reforma porque negociaria diretamente com o governo de Angola. E não é somente os países pobres que sofreriam com o imperialismo chinês. De acordo com Navarro (2006) por meio da retórica do livre-comércio e da manipulação cambial que mantém o renmimbi desvalorizado (“*beggar thy neighbor*”), a China também explora países ricos como os Estados Unidos.

Branko Milanovic (2020) em artigo recente também pergunta: “A China é um país capitalista?”. Milanovic levanta três requisitos para uma país ser considerado capitalista: 1) a produção ser executada a partir da propriedade privada dos meios de produção; 2) os trabalhadores precisam ser majoritariamente assalariados. Ademais, não podem estar ligados juridicamente à terra nem trabalhar autonomamente usando capital próprio; 3) a maior parte das decisões referentes à produção e à fixação de preços são tomadas livremente pelas empresas. A resposta de Milanovic (2020) é taxativa: “A China se mostra claramente capitalista nesses três quesitos”.

Em resposta ao artigo de Milanovic (2020), Gabriele e Jabbour (2020) criticam os desatinos do autor. Por isso não cabe aqui repetir as críticas. Apenas dois pontos merecem ser destacados. Primeiro, Milanovic parece ter mudado de ideia, o que não é um problema. Entretanto, é surpreendente que em artigo publicado em 2003 ele usava números semelhantes – como o de que quase um terço da produção industrial da China seria produzido pelas *state owned enterprises* (SOEs), por exemplo –, para criticar aqueles que afirmavam que a China era um país capitalista! (MILANOVIC, 2003). O segundo diz respeito a quantidade de trabalhadores assalariados, ou seja, aqueles que estão sob condições capitalistas. Gabriele e Jabbour (2020) mostram de forma direta o erro de Milanovic. Ao contrário do que ele afirma, a terra ainda é propriedade do Estado. Isso significa dizer que milhões de agricultores chineses não estão submetidos a relações capitalistas de produção. Por sua vez, a partir dos dados do “Anuário Estatístico da China” (AEC), verificaram que a participação das empresas não capitalistas na produção total está em torno de 48% em ativos, enquanto na participação do emprego industrial está em cerca de 40%.⁸

Outra questão a ser discutida na polêmica sobre se a China é ou não capitalista, é a questão do poder político. Esta questão é curiosamente é menosprezada em parte considerável das análises, inclusive na esquerda. Losurdo (2017) enfrenta a questão lembrando que antes da revolução, nos anos 1930, os comunistas chineses já tinham experiência na administração de algumas regiões (“áreas liberadas”) que equivaliam em termos populacionais a uma cidade de médio porte na Europa. Essas regiões se caracterizavam por diferentes formas de economia e propriedade. O próprio Mao Zedong no texto “A Nova Democracia na China” de 1940 explicava que a revolução em uma sociedade como a chinesa, de caráter colonial, semicolonial e semifeudal, seria dividida

⁸ Piketty (2020) calcula que desde os anos 2000 o capital público se estabilizou em 30% do capital nacional. Isso daria um poder de intervenção ao PCCh que não se poderia definir a China nem como comunista, nem como capitalista.

em duas fases; e que durante a primeira fase a revolução seria basicamente democrático-burguesa com objetivo de abrir o caminho para o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, o poder político não estaria mais sob comando da burguesia. Seria uma revolução dirigida pelo proletariado para estabelecer uma sociedade democrática que numa segunda fase abriria caminho para o desenvolvimento socialista (ZEDONG, 1940).

Losurdo (2017) observa que Mao Zedong estava consciente sobre a necessidade de distinguir entre a expropriação econômica e a expropriação política da burguesia. Isso significava a manutenção de formas distintas de propriedade em que a burguesia desempenharia papel importante na economia. Como no curto período da NEP, a aplicação desse modelo na China revelaria grande vitalidade econômica antes de 1949 nas “áreas liberadas” governadas pelos comunistas e, em seguida, em toda República Popular da China. Deng Xiaoping, que presenciou a NEP quando estudou em Moscou nos anos 1920, aplicou a experiência ao assumir a liderança do PCCh no Sudoeste da China depois da revolução, em 1949-1952 (BANDEIRA, 2014), e o próprio Stalin recomendou sua aplicação, segundo Li (2006). Essa experiência foi colocada de lado pelo “grande salto adiante” (1958-1960) e pela “revolução cultural” (1966-1976), duas tentativas de acelerar o desenvolvimento por meio da mobilização popular que não tiveram sucesso⁹. O que Losurdo (2017) chama a atenção é que esses dois casos são uma exceção na experiência do PCCh, e não a regra. Assim, as reformas iniciadas em 1978 apenas reintroduziram o que já era conhecido dos comunistas chineses: a convivência numa primeira etapa com distintas formas de propriedade que, por sua vez, são neutralizadas pela liderança política do PCCh. Isto é, embora a burguesia tenha assumido papel relevante na economia do país, não é ela que define os rumos do processo de acumulação (RIBEIRO, 2017).

Assim sendo, não faz sentido a ideia divulgada amplamente de que na China, ao contrário da ex-URSS que introduziu a *Perestroika*, a reforma política foi sacrificada em nome da reforma econômica. Ora, a liderança política do PCCh nunca foi seriamente colocada em dúvida. A manutenção do caminho socialista só foi possível justamente pela autoridade e legitimidade que tem os comunistas perante a maioria dos trabalhadores chineses.

Expansão chinesa

A tentativa de aproximação da China com o mundo em desenvolvimento remonta os primeiros anos da revolução. Nas décadas de 1960-70, China apoiou e treinou diversos movimentos de libertação no então chamado Terceiro Mundo. A partir dos anos 1980 a ideia de exportar a revolução foi deixada de lado, mas a aproximação com esses países continuou como prioridade pelas autoridades chinesas. Por sua vez, a busca por áreas que dispõem de recursos naturais e que possam receber fluxos de capitais por meio de empréstimos e investimentos é fenômeno relativamente recente. Esta expansão que teve início na década de 1990 é resultado de políticas deliberadas realizadas pelo Estado chinês. Dentre elas está o chamado *Going Global* (ou *Going out*). De acordo com Shambaugh (2013), o então presidente Jiang Zemin foi fundamental na formulação e desenvolvimento dessa política.

A primeira indicação do *Going Global* apareceu em alguns discursos que Jiang proferiu internamente em meados de 1992 na preparação para o XIV Congresso do PCCh

⁹ Segundo Bramall (2000) nestes períodos o Escritório de Estatística do Estado da China (SSB, na sigla em inglês) praticamente parou de funcionar. Os dados publicados a partir de 1981 representariam uma tentativa de reconstruir as contas nacionais do período.

em que ele encorajava a expansão internacional das empresas chinesas. Em 26 de julho de 1996, após retornar de uma visita oficial à África, Jiang Zemin em discurso na cidade de Tangshan declarou pela primeira vez de forma explícita a importância de as empresas chinesas buscarem outros países para realizar investimentos (SHAMBAUGH, 2013).

A política do *Going global* é determinada pelo Estado chinês. É o Estado que estipula regras específicas que governam o IED das empresas chinesas. Nesse sentido, uma série de decretos foi emitida entre 2000 e 2002 com a finalidade de regular e incentivar as empresas a investirem no exterior. Foi exigido que os investimentos externos propostos teriam que ser revisados e aprovados pelo governo. A revisão ficaria a cargo do Ministério do Comércio (MOFCOM) que passou a verificar os casos em que uma empresa chinesa deveria ser constituída no exterior, enquanto projetos de desenvolvimento de recursos naturais com investimento superior a US\$ 200 milhões e investimentos não relacionados acima de US\$ 50 milhões deveriam ser aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento (SHAMBAUGH, 2013). A formação de grandes empresas para competir no exterior deveria ser guiada pelas forças de mercado e pela orientação política. A ampliação da cooperação econômica e tecnológica também estava entre os objetivos (ZEMIN, 2002). Além disso, como aponta Ribeiro (2017) quase 90% desses investimentos seria de propriedade estatal.

Em relação a tão comentada inserção da China na África deve-se lembrar que esta não começou com a política de “*Going global*”. Desde a Conferência de Solidariedade Afro-Ásia em Bandung em 1955, a China tem se aproximado dos países africanos¹⁰. Ao longo dos anos 1970, além de auxílio financeiro, a China oferecia treinamento militar aos movimentos de libertação nacional. O governo chinês contribuiu para a construção da TAZARA (Tanzania-Zambia *Railway*) (BRÄUTIGAM; 2009; SHAMBAUGH, 2013), após países europeus e o Banco Mundial terem negado financiamento. Obra grandiosa com 10 quilômetros de túneis e 300 pontes, proporcionando à Zâmbia acesso ao mar para sua exportação de cobre, sem ter que atravessar territórios inimigos como Angola e Moçambique, na época colônias portuguesas (VISENTINI, 2011).

Mais tarde houve um esfriamento das relações em razão da disputa ideológica com a URSS. Mas conforme Visentine (2011), os confrontos na Praça Tiananmen serviram para reaproximar a China do continente africano. Enquanto, o Ocidente protestou contra a repressão desencadeada contra estudantes, vários líderes africanos consideraram a ação do governo chinês correta. As autoridades chinesas identificaram nessa posição a oportunidade de uma aliança política. Em outubro de 2000 ocorreu a primeira conferência do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), reunindo 44 países da África. O FOCAC se comprometeu com um quadro normativo sustentado pelos princípios da Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização da Unidade Africana e os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica da China como orientação. A partir de então a cooperação entre China e África cresceu substancialmente (ZONDI, 2020, p.61). Em 2000, quando ocorreu a FOCAC, o comércio total (exportação + importação) com a África era de US\$ 10,6 bilhões; em 2018 alcançou US\$ 185,2 bilhões, sendo que desde 2009 que a China é o principal parceiro comercial do continente (RIBEIRO, 2015; UNComtrade).

Existe ainda outro ponto em comum fundamental que alimenta a parceria: a desconfiança em relação às críticas do Ocidente em razão do passado de luta contra o imperialismo que a China e o continente africano foram vítimas. O governo chinês negocia suas parcerias com os países africanos, destacando que elas são regidas pelo benefício mútuo em que todos ganham e o respeito por princípios como a soberania e a

¹⁰ Em 2005, em comemoração aos 50 anos da Conferência de Bandung, foi lançada a New Asia Africa Strategic Partnership (NAASP).

não interferência nos assuntos internos dos países africanos (MTHEMBU; MABERA, 2020). Realmente, a entrada de investimentos na África trouxe benefícios consideráveis aos países receptores, segundo Brautigam (2009), Visentini (2011) e Garcia (2019). Os empréstimos chineses são realizados sem a exigência de condicionalidades, o que tem criado consternação entre as instituições multilaterais. Isto porque instituições, como o FMI, condicionam seus empréstimos à aplicação de políticas econômicas pró-mercado. De acordo com o FMI, a imposição de condicionalidades contribui com as chamadas “boas práticas da governança”. Contudo, o fato é que a presença chinesa na África, neste caso, reduz a capacidade de intervenção de uma instituição que possui má reputação entre os países africanos e que está vinculada aos interesses das potências ocidentais (ZONDI, 2020).

Por isso, o financiamento chinês tem contribuído para construção de diversas obras de infraestrutura fundamentais para o desenvolvimento econômico numa região assolada por décadas de conflito armado. Os chineses exportam mercadorias baratas, viabilizando um nível de consumo antes inalcançável para os trabalhadores africanos. Isso tem permitido aos países da África serem mais seletivos quanto aos empréstimos vindos do Ocidente.

A América Latina é outra região que a presença chinesa cresceu muito nos últimos anos, principalmente após a chegada de Xi Jinping à presidência em 2013. E aqui o potencial de conflitos é maior porque se trata de uma região em que os Estados Unidos consideram de sua influência exclusiva. Assim como na África a presença chinesa ocorre por meio de grandes empresas estatais em todos os níveis: IED, empréstimo e comércio. De fato, a maioria destes investimentos estava direcionado para o setor de recursos naturais, em torno de 70% (ROCHA; BIELSCHOWSKY, 2018). Estima-se que compromissos de empréstimo com os governos da América Latina e Caribe financiado pela China no período 2005-2016 totalizam mais de US\$ 141 bilhões. O Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportações e Importações da China, instituições estatais, são os maiores financiadores. O primeiro participou com cerca de 80% dos empréstimos da América Latina e Caribe no período 2005-2016 (CELAC, 2018, p.22).

Nos últimos anos, a China se tornou o maior financiador de projetos de infraestrutura em países latino-americanos – em torno de US\$ 150 bilhões (NATHANSON, 2018). Em janeiro de 2015 foi lançado oficialmente em Beijing o *China-Community of Latin American and Caribbean States Forum* (FCC), no qual o governo chinês anunciou que aumentará o comércio e o financiamento em infraestrutura. Entre os principais beneficiados está a Venezuela e Cuba que lutam diretamente contra as agressões imperialistas do governo norte-americano. Nesse sentido, foram criados fundos bilaterais a partir da publicação, pelo governo chinês, em 2016, de documento em que se firmou compromisso com um formato de cooperação voltado para construção de três canais de interação para o desenvolvimento da relação China-América Latina e Caribe (WEGNER; FERNANDES, 2020)

De fato, como na África, a maior parte dos empréstimos também se destina a obras de infraestrutura e energia (CELAC, 2018, p.22), cumprindo papel importante no desenvolvimento destes países. Parte dos investimentos ocorre em projetos de integração sul-americana, mais precisamente da carteira de projetos de investimentos da IIRSA-COSIPLAN. As relações econômicas com China também significam para América Latina uma alternativa ao dólar, às instituições multilaterais e aos projetos dos Estados Unidos com impactos ambientais e sociais expressivos (WEGNER; FERNANDES, 2020). Considerando ainda o elevado nível de pobreza em várias partes dos países da América

Latina e Caribe, é necessário esforço considerável para não enxergar benefícios nesta parceria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China é atualmente uma potência econômica em ascensão. Todavia, sua inserção na economia internacional difere da expansão dos países imperialistas. Como potência fora dos tradicionais polos de poder, a ascensão da China que provavelmente se transformará em futuro próximo na maior economia do mundo, vem criando instabilidade à medida que os Estados Unidos se empenham em responder à redução do seu poder relativo.

A China é uma economia planejada, desenvolve o socialismo com características próprias e vem obtendo enorme sucesso em sua empreitada. A correlação de forças ainda é desfavorável para a China, mas a tendência é que seu avanço acirre ainda mais as contradições do sistema internacional. A tentativa em bloquear seu desenvolvimento econômico é inexorável, e a utilização de meios não pacíficos para este fim não pode ser descartada.

REFERÊNCIAS

- ASTHANA, Major General S B. Decoding Chinese Strategic Intent in the Standoff at the Line of Actual Control. **Future Directions International**, 29 de set. 2020.
- BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista – ensaio sobre a ordem social e americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- BEECH, Eric. 2014. “U.S. government says it lost \$11.2 billion on GM bailout”. **Reuters** (on line). Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-autos-gm-treasury-idUSBREA3T0MR20140430>>. Acesso em 29 de out. de 2020.
- BOND, Patrick. Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit? **Pambazuka News**, 2014. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/governance/which-way-forward-brics-africa-year-after-durban-summit>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- BRAMALL, Chris. **Sources of Chinese Economic Growth, 1978-1996**. Oxford, Oxford university press, 2000.
- CELAC. Segunda Reunión Ministerial del Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China: Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China. CEPAL: Chile. 2018.
- CHANG, Ha-joon. **Chutando a escada**. São Paulo: UNESP, 2004.
- DOHERTY, Ben; ROY, Eleanor Ainge. Hillary Clinton Says China’s Foreign Power Grab “a New Global Battle”, **The Guardian**, 8 de mai. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/may/08/hillary-clinton-says-chinas-foreign-power-grab-a-new-global-battle>>. Acesso em 20 de nov. 2020.
- ERICKSON, Amanda. Malaysia cancels two big Chinese projects, fearing they will bankrupt the country. **The Washington Post**, Asia & Pacific, 21 de ago. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/malaysia-cancels-two-massive-chinese-projects-fearing-they-will-bankrupt-the-country/2018/08/21/2bd150e0-a515-11e8-b76b-d513a40042f6_story.html>. Acesso em: 16 de out. 2020.
- FERNANDES, Marcelo Pereira. O capitalismo como sistema Expansivo: a controvérsia entre Lenin e os populistas. **Oikos**, v. 16, p. 6-14, 2017.

- GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. A China não é capitalista. **A Terra é Redonda**. 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-china-nao-e-capitalista/>>. Acesso em: 06 de out. 2020.
- GARCIA, Alberto Rodríguez. El papel de China en África: ¿imperialismo o cooperación?. **RT**, 30 de ago. 2019. Disponível em: <<https://actualidad.rt.com/opinion/alberto-rodriguez-garcia/325588-papel-china-africa-imperialismo-cooperacion>>. Acesso em: 14 de nov. 2020.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- HALLIDAY, Fred. “The Pertinence of Imperialism”. In: Rupert, Mark and Smith, Hazel (eds). **Historical Materialism and Globalization**. London: Routledge, 2002.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- HOBBSBAWM, Eric. **Adeus a tudo aquilo**. In: BLACKBURN, Robin (org). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- IMF (International Monetary Fund) (2008). “Globalization: a Brief Overview”. Issues Brief, IMF Staff, mai. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/exr/key/global.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2011.
- JABBOUR, Elias. A historicidade e o sucesso do “socialismo de mercado” chinês. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 101, out. de 2009.
- LI, Hua-Ly. **Mao and the Economic Stalinization of China, 1948-1953**. The Harvard Cold War Studies Book Series. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2006.
- LENIN, Vladimir. What the “friends of the people” are and how they fight the social-democrats. (A reply to articles in russkoye Bogatstvo opposing the marxists). **Lenin Collected Works 1983-1894**, Progress Publishers Moscow, [1894], 1977.
- LOSURDO, Domenico. Marx, Cristóvão Colombo e a Revolução de Outubro – Materialismo histórico e análise das revoluções. In: MORAES, João Quartim (org). **Losurdo: presença e permanência**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, [1913] 1970.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, [1848] 2010.
- MILIOS, John e SOTIROPOULOS, Dimitris. **Rethinking Imperialism: a study of capitalist rule**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.
- MTHEMBU, Philani e MABERA, Faith. Africa’s Changing Geopolitics: Towards an African Policy on China?. **Africa-China Cooperation: towards an African Policy on China?** International Political Economy Series. London: Palgrave Macmillan, 2020.
- NATHANSON, Max. “How to respond to Chinese investment in Latin America”. **Foreign Policy**, 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/11/28/how-to-respond-to-chinese-investment-in-latin-america/>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.
- NAVARRO, Peter. **The Coming China Wars: Where They Will Be Fought and How They Can Be Won**. New Jersey: Financial Times, 2006.
- NOGUEIRA, Isabela et al. A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e de educação. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 669-692, maio-agosto 2020
- PATAUSSO, Diego. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. **Boletim Meridiano 47**. vol. 16, n. 149, mai-jun, 2015.

- PATAUSSO, Diego. A soberania chinesa e a questão de Xinjiang, **Bonifácio**, 25 de jul. 2020. Disponível em: < <https://bonifacio.net.br/a-soberania-chinesa-e-a-questao-de-xinjiang/>>. Acesso em: 19 de nov. 2020.
- PETRUCCIANI, Stefano. Le concept de classe dominante dans la théorie politique marxiste. **Actuel Marx**, nº 60, p. 12-27, 2016.
- POMFRET, John. China's debt traps around the world are a trademark of its imperialist ambitions. **The Washington Post**, Global opinions, 27 de ago. 2018. Disponível em: < <https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/08/27/chinas-debt-traps-around-the-world-are-a-trademark-of-its-imperialist-ambitions/>>. Acesso em: 16 de out. 2020.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. In: **Espaço e sociedade: Ensaio**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SCOTT, Bruce. "The great divide in global village". **Foreign Affairs**, 80:1 (jan/fev), 2001.
- SKLAIR, Leslie. The Transnational Capitalist Class and Contemporary Architecture International Journal of Urban and Regional Research. Volume 29.3 September, 2005.
- SHAMBAUGH, David. **China's Future?** Cambridge: Polity Press, 2016.
- SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University Press, 2013.
- RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. **Estudos Internacionais**, v. 5, p. 121-140, 2017.
- RIBEIRO, Valéria Lopes A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan./jun.2015
- ROBINSON, William. "Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State". **Societies Without Borders**, 2007.
- ROBINSON, William. "Capitalist globalization and the transnationalization of the state". In: RUPERT, Mark and SMITH, Hazel (eds). Historical materialism and globalization. London: Routledge, 2002.
- ROBINSON, William. **Promoting polyarchy Globalization, US intervention, and hegemony**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996.
- ROUSSET, Pierre. Chinese ambitions - An imperialism in formation. International Viewpoint, 2014a Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3468>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- ROUSSET, Pierre. From whence did the new Chinese capitalismo emerge? "Bourgeoisification" of the bureaucracy and globalization. Europe Solidaire Sans Frontières. 2014b. Disponível: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article32325>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- SKLAIR, Leslie. The Transnational Capitalist Class and Contemporary Architecture International. **Journal of Urban and Regional Research**. Volume 29.3 September, 2005.
- TANG, Kun et al. China's Silk Road and global health. **The Lancet**. vol 390, December 9, 2017.
- TREBAT, Nicholas M; MEDEIROS, Carlos Aguiar. Military Modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation, **Review of Political Economy**, 26:2, 303-324, 2014.
- TURNER, N.B. **Is China an imperialist country? Considerations and evidence**, Montreal, Quebec: Kersplebedeb Publishing, 2014.
- UNComtrade. Database. Disponível em <<http://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em 17 de out. de 2020.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou Cooperação Sul-Sul?** Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 48, p. 13-28, jul./dez, 2011.

XIAOPING, Deng. To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty, 26 de abr. de 1987. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/18/to-uphold-socialism-we-must-eliminate-poverty///>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

XIAOPING, Deng. Integrate Marxism-Leninism With the Concrete Conditions of China. The selected works of Deng Xiaoping modern day contributions to marxism-leninism, 17 de nov. de 1956. Disponível em: < <https://dengxiaopingworks.wordpress.com/selected-works-vol-2-1975-1982//>>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

WEGNER, Rubia Christina; FERNANDES, Marcelo Pereira. Considerações da evolução do tratamento das relações China-América Latina nos documentos da CEPAL'. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 14, p. 188-232, 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of capital**. London: Verso, 2003.

ZEDONG, Mao. **A Nova Democracia na China**. 15 de Jan. de 1940 Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>>. Acesso em 31 de out. 2020.

ZEMIN, Jiang. Full Text of Jiang Zemin's Report at 16th PartyCongress, 18 de nov., 2002. Disponível em: < http://en.people.cn/200211/18/eng20021118_106984.shtml/>. Acesso em 09 de nov. de 2020.

ZONDI, Siphamandla. TheNeed for Africa's Common Policy Towards China: A Decolonial Afrocentric Perspective. In: MTHEMBU, Philani e MABERA, Faith (edt). **Africa-China Cooperation: towards an African Policy on China?** International Political Economy Series. London: Palgrave Macmillan, 2020.